

EDITORIAL

Nesta última edição de 2019 apresentamos 19 artigos, são 8 artigos Fluxo Contínuo e 11 artigos que compõem o Dossiê: “EDUCAÇÃO SUPERIOR: POLÍTICAS E PRÁTICAS”, organizado por editores convidados: Celia Maria Haas (GESPAG/ UNICID), Eduardo Santos (GRUPPES/UNINOVE) e Manuel Tavares (GRUPPES/ UNINOVE). O Dossiê reúne trabalhos que discutem e analisam os desafios das políticas de educação superior para um ensino de qualidade em tempos de transnacionalização, com foco: nas políticas de avaliação institucional e da aprendizagem; nas políticas que implicam o público e o privado; nas políticas voltadas à autonomia universitária. No Fluxo Contínuo os artigos se voltam às políticas e práticas de formação de professores.

Iniciamos com a apresentação dos artigos que compõem o Fluxo Contínuo.

Regina Magna Bonifácio Araújo, Marcelo Donizete da Silva e Marilene do Carmo Silva, no artigo intitulado: “A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONCEPÇÕES E DESAFIOS NA PERSPECTIVA DOS DOCENTES”, apresentam uma investigação sobre a concepção e os desafios enfrentados pelos professores da Educação Básica na Região dos Inconfidentes, em Minas Gerais, em sua formação continuada, com foco na compreensão e nas implicações que a mesma pode trazer para a prática desses profissionais. Considerada como essencial nas discussões sobre o desenvolvimento profissional docente, a formação continuada dos educadores é um direito e um dever previsto pela Lei nº 9393, de 1996. Nesta pesquisa de abordagem qualitativa, os autores realizam, além de análise bibliográfica e documental, a aplicação de um questionário aos professores que atuam na rede pública do ensino básico, nos municípios de Mariana e Ouro Preto. Os resultados apontaram uma frágil concepção de formação continuada por parte dos educadores envolvidos na investigação e a ausência de ações institucionais que garantam um trabalho mais coerente, crítico e coletivo. Evidenciaram a necessidade de aprofundamento das políticas que versam sobre a formação como condição *sine qua non* para a transformação da escola, da realidade docente e, acima de tudo, da educação como questão emancipadora das desigualdades sociais.

Osni Oliveira, Noberto da Silva, Theresinha Guimarães Miranda e Miguel Angel Garcia Bordas, no artigo intitulado: TRABALHO DOCENTE NO CAMPO: ANÁLISE DOS PROCESSOS E CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, apresentam como objetivo central descrever as condições dos processos pedagógicos e características da atividade do trabalho dos professores de Educação Especial que atuam em Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas do campo dos municípios pertencentes à região do Piemonte da Diamantina, Bahia. Os onze docentes que aceitaram participar do estudo se enquadravam no seguinte

critério: que tenham atuado no ano de 2017 com Educação Especial em Sala de Recursos Multifuncionais de escolas da zona rural de um dos nove municípios investigados nesta pesquisa. Os resultados indicaram que a maioria dos docentes participantes do estudo atuam com uma grande quantidade de alunos, inclusive com necessidades e/ou deficiências completamente distintas, ainda mais levando em conta que a maior parte tem uma carga horária de trabalho de apenas 20 horas semanais. Além disso, eles afirmaram adaptar os currículos de acordo com as necessidades de todos os seus alunos. Essas condições acabam por exigir do docente um aumento do seu trabalho, explicado na resposta da maioria dos professores que disseram que levam atividades laborais para realizar em casa, o que significa praticamente um turno a mais de trabalho não remunerado e não regulamentado.

Sebastião Silva Soares e Selva Guimarães, no artigo intitulado: HISTÓRIAS DE VIDA DE PROFESSORAS INICIANTE NA UNIVERSIDADE: CAMINHOS DA DOCÊNCIA, apresentam um recorte de uma pesquisa de doutorado cujo objetivo foi analisar as trajetórias formativas de professores iniciantes no ensino superior em duas universidades federais na Região Norte do Brasil. Neste artigo analisam as narrativas de três professoras colaboradoras da pesquisa, sobre a entrada na carreira como professora formadora e como a professora formadora aprende a ensinar. A abordagem metodológica vincula-se ao campo da pesquisa narrativa, articulada com a história oral de vida. Os dados foram produzidos por meio da entrevista a partir dos eixos temáticos sobre a história de vida das formadoras e o desenvolvimento profissional na docência universitária. Na análise, empregou-se uma leitura Interpretativa-Compreensiva, a partir de uma leitura cruzada. A fase inicial da docência universitária foi compreendida pelas professoras como um tempo de validação dos aprendizados aprendidos no decorrer da trajetória formativa de vida e profissional. As narrativas sinalizaram que o começo da docência no ensino superior é um momento de crescimento pessoal e profissional, sobretudo na construção da identidade docente, compreendida narrativamente como largo processo, carregado de experiências subjetivas e coletivas.

Carla Juliana Galvão Alves e Jaci Aiko Kussakawa, no artigo: O RITUAL DE INICIAÇÃO NAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS PROFESSORES DE ARTE, apresentam a questão norteadora: Como você se iniciou em Arte para um grupo de pesquisa e formação de professores da rede pública de ensino em 2018. As atividades realizadas foram embasadas na Metodologia de Pesquisa e Formação intitulada Narrativas de Vida e Formação, conforme proposto por Josso. A escolha por essa metodologia se deu por seu caráter qualitativo, de cunho autobiográfico, e por sua dupla dimensão, formativa e investigativa. O principal objetivo foi saber como esses professores se iniciaram na Arte e qual o papel que essa iniciação desempenhou em suas vidas, repercutindo

em forma de ações, escolhas e mudanças na trajetória profissional e pessoal. As narrativas produzidas pelos participantes permitiram identificar experiências que funcionaram como rituais de iniciação e, posteriormente, compreender de que modo elas contribuíram para que eles se tornassem quem são. A pesquisa revelou, ainda, a importância das primeiras experiências com a arte.

Janete Ribeiro Nhoque, no artigo intitulado: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA: O PROLER DE JOINVILLE-SC, apresenta como objetivo investigar como o PROLER/Joinville surgiu e qual o impacto das suas ações no incentivo à leitura no contexto em que está inserido. Esta é uma pesquisa de análise documental de cunho qualitativo, que teve como aporte teórico Petit (2013), Butlen (2016), Luz (2011), Garcia (2010), entre outros. Os resultados indicam que o PROLER/Joinville tem buscado a construção de uma cultura de leitores na região, valorizando práticas e pesquisas sobre a leitura, aproximando teoria e prática, escola, universidade e espaços de leitura na cidade de Joinville e seu entorno.

Nilzilene Imaculada Lucindo e Macilene Vilma Gonçalves, no artigo: FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA ATUAR EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DO ESTUDANTE DE PEDAGOGIA, apresentam os resultados de uma pesquisa que teve por objetivo discutir acerca da formação de Pedagogos para atuar em espaços não escolares, enfatizando o museu como um desses campos de atuação. As categorias selecionadas para este trabalho têm o propósito de apresentar indícios de como vem sendo realizada a formação do pedagogo para atuar nos espaços não escolares. A investigação de abordagem qualitativa foi embasada por uma pesquisa bibliográfica, uma análise documental e uma pesquisa de campo cujos dados foram coletados em 2016. A análise de conteúdo foi a técnica utilizada para tratar os dados. A pesquisa contou com a participação de 145 Estudantes de Pedagogia e os resultados indicaram que, para eles, o pedagogo pode atuar em espaços escolares e não escolares, mas o campo de maior interesse desses Estudantes após se formarem é o campo escolar. Para 83,5% dos sujeitos, o curso propicia visitas técnicas e outras formas dos graduandos entrarem em contato com os possíveis *lôcus* de atuação do pedagogo, contudo, o estudo explicitou que a formação do pedagogo para atuar em espaços não escolares ocorre de forma frágil e superficial, pois a formação para atuar na docência é mais acentuada.

Eric Ferdinando Kanai Passone, no artigo intitulado: UMA PERSPECTIVA EDUCACIONAL HISTÓRICO-CRÍTICA NA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE, apresenta, a partir de uma leitura crítica acerca da noção de “trabalho como princípio educativo”, este ensaio, que situa o contexto sócio-político, econômico e cultural de emergência da Educação Permanente bem como de seu desdobramento para o campo da saúde pública, no âmbito da política de recursos humanos e desenvolvimento profissional dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde no Brasil.

Sandra Lúcia Ferreira e Fernanda Evelin Camarço de Souza, no artigo: **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO: CONCEITO DE HUMANIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS**, apresentam um recorte de pesquisa e têm por objetivos explorar o conceito de “Humanização”, expresso nas políticas públicas orientadoras das áreas da Saúde e da Educação e compreender como estudantes, em processo de formação (graduação), convivem, ou não, com esse conceito em suas Instituições de Educação Superior (IES). A compreensão de processos de formação humanizada exigiu a eleição de uma metodologia proposta que se definiu pela análise documental, realizada pela exploração da literatura pertinente, das normativas oficiais, e da análise de questões das provas aplicadas pelo Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade) dos anos 2004, 2007, 2010 e 2013, quando foram explorados 103 itens específicos da área de Enfermagem, categorizando-os segundo indicadores de qualidade – Acolhimento, Autonomia e Competências técnicas – proferidos nas diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH) em relação à formação do(a) Enfermeiro(a). A presença ou ausência das categorias descritas — indicaram aspectos da humanização nos processos formativos dos(as) enfermeiros(as) indicando que a elaboração das questões do Enade foi influenciada pelas orientações propostas pelas Políticas Públicas de Saúde.

A seguir, apresentamos os artigos que compõem o dossiê.

José Viegas Brás e Maria Neves Gonçalves, no artigo intitulado: **PARA UMA POLÍTICA EDUCATIVA QUE SEJA CAPAZ DE SE PENSAR E RENOVAR: OS MAIORES DE 23**, relatam que as universidades têm funcionado segundo um modelo seletivo, em que predominam a competição e a exclusão. Com o advento das sociedades democráticas e com a crítica às desigualdades de oportunidades, tem-se vindo a alterar os obstáculos de acesso à universidade. Nesse sentido, colocaram os autores as seguintes perguntas de partida: Em que medida a universidade se abriu a novos públicos, integrando quem estava excluído num processo que preconiza a mudança social? Qual é o impacto que a atual política de acesso à universidade tem nos estudantes que acedem à universidade? Como objetivo axial para o trabalho definiram: Discutir as políticas de acesso à universidade. Para dar resposta a essa questão, estruturaram o trabalho em duas dimensões: 1ª dimensão: Análise das políticas educativas. Para o efeito escolheu-se como fonte o quadro legislativo. O critério de análise foram as medidas que expressem uma maior abertura (democratização) do acesso ao ensino superior. 2ª dimensão: Impacto na população. Para o efeito escolheu-se uma amostra por conveniência (12 alunos) e utilizou-se como técnica de pesquisa a entrevista para se verificar o efeito positivo/negativo na população visada. Como conclusão pode-se dizer que o Estado tem vindo a desenvolver políticas que diminuem as grandes desigualdades de oportunidades e vem possibilitar aos alunos

que outrora eram marginalizados que consigam prosseguir os estudos. A expansão foi necessária, mas só por si não garante a democratização que se pretende. É necessário prosseguir em políticas que promovam a qualidade e a equidade social.

Altair Alberto Fávero e Lidiane Limana Puiati Pagliarin, no artigo: *POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS REFLEXOS NA APRENDIZAGEM DISCENTE*, apresentam um ensaio que tem por escopo analisar alguns desafios ainda presentes em relação a políticas de avaliação da educação superior brasileira. A pesquisa centra-se em responder ao problema: Que desafios as políticas educacionais brasileiras precisam enfrentar no que diz respeito à avaliação da educação superior? O ensaio é resultado de uma pesquisa de natureza qualitativa quanto à forma de abordagem do problema, bibliográfica no que se refere aos seus procedimentos e exploratória quanto aos seus objetivos. O texto está organizado em duas partes: a primeira discute sobre as relações que são estabelecidas entre princípios e fundamentos da avaliação educacional e a qualidade da aprendizagem na educação superior; a segunda parte aponta desafios da avaliação da aprendizagem na educação superior perante as políticas educacionais nacionais.

Tania-Aparecida Ferreira e Adolfo-Ignacio Calderón, no artigo intitulado: *AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O EXAME NACIONAL DE CURSOS (PROVÃO) E OS RANKINGS ACADÊMICOS E ÍNDICES NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO PARA A REGULAÇÃO*, apresentam um estudo de cunho teórico, fundamentado em uma criteriosa revisão da literatura, se insere nos estudos sobre os *rankings* acadêmicos e as tabelas classificatórias como instrumentos de avaliação externa. Objetivam estudar as tendências das políticas de educação superior no Brasil, tomando como referência o pioneirismo do Exame Nacional de Cursos (1996-2002), no âmbito das políticas de avaliação em larga escala, cujos princípios estruturantes ainda ganham centralidade, vinte e cinco anos após sua criação, no processo de avaliação das Instituições de Educação Superior. Defende-se a hipótese de que, apesar das tentativas de neutralização dos *rankings* como indutores de qualidade, a partir dos defensores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o tempo demonstrou a prevalência dos princípios da Administração Pública Gerencial, bem como a força do ranqueamento na educação superior, no contexto da avaliação para a regulação, como instrumento de transparência de informações, prestação de contas e controle social, em cenários de mercado ou quase-mercado educacional.

María Cristina Vera de Flachs, no artigo que tem como título original: *AVANCES, RETROCESOS Y CONFLICTIVIDAD EN LAS UNIVERSIDADES ARGENTINAS: 1960-1970*, traduzido para: *AVANÇOS, RETROCESSOS E CONFLITOS NAS UNIVERSIDADES ARGENTINAS: 1960-1970*, a autora apresenta como objetivo contribuir para um maior conhecimento da situação das universidades argentinas

nos anos sessenta do século XX e mostrar o processo de radicalização política que elas experimentaram, bem como o movimento estudantil dos anos 1966-1970, enfatizando o que aconteceu em Córdoba. Muito tem sido escrito sobre esse período principalmente em relação ao aumento das lutas dos trabalhadores e à radicalização ideológica política que terá repercussões na década seguinte e também no ensino superior. Os estudos vêm ganhando força nos últimos anos, mas ainda há muitas lacunas, o que a levou a escrever este artigo.

María Teresa de Sierra Neves, no artigo que tem como título original: **NUEVOS PARADIGMAS DE VINCULACIÓN DE LAS UNIVERSIDADES Y EL POSICIONAMIENTO DE LOS ACTORES ANTE LAS DEMANDAS SOCIALES**, traduzido para: **NOVOS PARADIGMAS DE VINCULAÇÃO DAS UNIVERSIDADES E POSICIONAMENTO DOS ATORES PERANTE AS DEMANDAS SOCIAIS**, aborda, em termos gerais, a importância do vínculo com a sociedade e, a partir dela, a relevância do vínculo como o posicionamento dos atores envolvidos e das universidades é evidente. Para isso, na primeira seção vê-se, em termos gerais, a importância de vincular as universidades à sociedade. Primeiro se expõem paradigmas que a justificam e, com base nisso, se evidencia a importância dessa relação para o posicionamento social das universidades, para o cumprimento de atividades relevantes em uma visão ampla, e o tema renovado de Responsabilidade Social Universitária. A segunda seção apresenta o tema da pesquisa-intervenção como conceito e como estratégia de política pública para abordar a desigualdade e a inclusão social entre jovens de 15 a 24 anos. Finalmente, conclui-se com algumas reflexões preliminares.

Jaime Mejía Gutiérrez, no artigo que tem como título original: **LA UNIVERSIDAD REPUBLICANA, LAICA Y LIBERAL EN COLOMBIA, UNA RESPUESTA AL PODER POLÍTICO ALIADO CON LA IGLESIA CATÓLICA**, traduzido para: **A UNIVERSIDADE REPUBLICANA, LAICA E LIBERAL NA COLÔMBIA, UMA RESPOSTA AO PODER POLÍTICO ALIADO À IGREJA CATÓLICA**, apresenta a formação da República da Colômbia, onde houve um fenômeno especial, o fundamento de instituições universitárias privadas, seculares e livres que reagiram ao poder das elites políticas aliadas à Igreja Católica, que impuseram a educação confessional com a constituição política de 1886. Estas universidades, a Republicana e o Externado de Derecho procuraram a verdade científica, seguindo o modelo da Universidade Livre de Berlim. As elites crioulas dominantes que as criaram com seus discursos liberais subscreveram projetos educativos que transformaram os sistemas educacionais que deveriam servir para formar as mentalidades modernas, capazes de assumir a direção da cultura, do Estado, das instituições e da transformação política da nação de uma forma pacífica. As ideias do liberalismo, do positivismo, do pacifismo constroem uma Universidade que interveio nos processos políticos, econômicos, legais e culturais

da Colômbia em um contexto de guerras civis e promoção da paz, bem como a defesa do livre pensamento de acordo com o modelo alemão criado por Humboldt. Este artigo analisa, como resultado de pesquisas que o autor realizou sobre essa instituição de ensino que contribuiu no âmbito da formação universitária na Colômbia, os professores, alunos, projetos educacionais dessa instituição de ensino nos últimos anos do século XIX e início do século XX.

Giselle Cristina Martins Real e Fabricia Gonçalves da Costa, no artigo: RECONHECER OU NÃO RECONHECER TÍTULOS ESTRANGEIROS? A QUESTÃO POSTA AOS TRIBUNAIS BRASILEIROS, apresentam como objetivo revelar o posicionamento do poder judiciário perante os processos de reconhecimento de títulos de pós-graduação estrangeiros. Justifica-se a importância dessa temática, em virtude do movimento crescente de estudantes brasileiros que buscam reconhecer seus títulos de pós-graduação. Os embates entre os interessados no reconhecimento dos títulos e a recusa ou demora das instituições em promover o processo, ainda considerando a letargia do legislativo e do executivo em promover soluções, implicaram em diversos processos de interpelação junto ao judiciário. Esses processos chegam às instâncias recursais máximas do judiciário brasileiro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Para atender ao objetivo proposto, adotou-se como procedimentos metodológicos a análise documental, tendo como fonte primária as decisões emanadas dos dois tribunais, disponibilizadas nos sítios eletrônicos oficiais. Foi possível observar que nas dezoito decisões encontradas no STJ e das dez ações no STF não houve interferência do judiciário, que indeferiu todos os pedidos. Inclusive as quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas pelo STF foram acatadas, o que levou à declaração de inconstitucionalidade das legislações estaduais que garantiam a promoção na carreira dos servidores por meio de obtenção desses títulos. Conclui-se que o judiciário, ao ser interpelado sobre o reconhecimento de títulos estrangeiros, responde dando às próprias universidades esse direito. E, portanto, cabe a elas, agora, decidir.

Judith Naidorf, Ivanise Monfredini e Mariángela Nápoli, no artigo intitulado: EL SIGNIFICADO DE LA AUTONOMÍA UNIVERSITARIA EN TIEMPOS DE BLOQUEO INTELLECTUAL, traduzido para: O SIGNIFICADO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE BLOQUEIO INTELLECTUAL, partem do ataque à autonomia sofrida pela Universidade no Brasil, com objetivo de recuperar algumas reflexões sobre a autonomia universitária. Como introdução, é apresentado um resumo sobre o debate na Argentina e sua contribuição para continuar pensando sobre o conceito no momento; na sequência, a relativa autonomia universitária no Brasil é detalhada. Por último, algumas abordagens são delineadas em torno dele: a recuperação de sua origem histórica, sua definição e a contribuição da reforma argentina de 18. A análise

a partir de uma abordagem descritiva, comparativa e proativa é apresentada a partir da recuperação de textos canônicos para a orientação de um modelo universitário no atual contexto latino-americano. Conclui-se que o legado da autonomia universitária deve ser levantado em busca da constituição de uma universidade livre e crítica, e que permita formular um modelo de produção de conhecimento que lute contra o avanço neoliberal na região latino-americana.

Sirlei Nadia Schirmer e Gionara Tauchen, no artigo: **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UM ESTUDO DO ESTADO DA ARTE**, apresentam como objetivo analisar as pesquisas sobre a evasão na Educação Superior realizadas no país no período de 2010 a 2017. O estudo é de natureza qualitativa, bibliográfica, do tipo Estado da Arte. Os dados foram produzidos por meio da Análise de Conteúdo das teses disponibilizadas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Os resultados apontam que as políticas públicas educacionais implementadas para responder às demandas de acesso e permanência dos estudantes na Educação Superior, seja pública ou privada, ainda não resultam de forma eficaz para o enfrentamento dos efeitos da evasão. Do mesmo modo, há necessidade das IES incluírem no seu planejamento de gestão um conjunto de indicadores que envolvam o acompanhamento do desempenho acadêmico, possibilitando mapear e agir sobre os motivos que os levam a evadir, ou seja, o acompanhamento da trajetória formativa do estudante, resultando em um processo preventivo do abandono. Portanto, o estudo aponta que as políticas educacionais têm-se voltado ao resgate da cidadania, da plenitude de direitos sociais e da inclusão social, contudo, elas não são efetivas para a permanência e a conclusão do curso. Constata-se uma fragilidade nas estruturas de apoio à permanência, não possibilitando a superação das demandas da formação básica, financeiras ou de cunho emocional, a fim de que os estudantes não apenas ingressem, mas permaneçam e tenham sucesso na sua formação universitária.

Acir Mario Karwoski e Derval dos Santos Rosa, no artigo intitulado: **GESTÃO ACADÊMICA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DUAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM) E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)**, apresentam questionamentos e alguns desafios referentes à gestão universitária no contexto de duas instituições federais de Educação Superior que possuem quase o mesmo tempo de existência como Universidade mas apresentam projetos pedagógicos e itinerários formativos diferentes; mesmo assim, ambas mantêm padrões de qualidade acima da média das demais Universidades Brasileiras.

Eduardo Santos e José Arnaldo Vitagliano, no artigo: **EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DIREITO DO CIDADÃO OU SERVIÇO-MERCADORIA?**, apresentam

como foco a análise da regulamentação jurídico-legal que, viabilizando a configuração mercantil majoritariamente assumida pelo sistema de educação superior brasileiro, resultou na ampliação do campo das instituições privadas de ensino e possibilitou a participação de grupos estrangeiros de mercado no setor, num movimento que envolve aquisições, fusões e lançamento de ações na bolsa de valores e é capitaneado por corporações empresariais. Busca-se compreender as formas jurídico-legais que promoveram a adequação da legislação para atender demandas político-ideológicas de legitimação do capital no setor e, em decorrência, reafirmaram a condição da formação superior como serviço-mercadoria. Para atingir tal objetivo geral, I) analisou-se a agenda político-ideológica da regulação transnacional que incidiu nas políticas nacionais para a educação superior forjando estratégias de expansão baseadas na privatização mercantil; e II) analisou-se a evolução da legislação educacional, constitucional e infraconstitucional, que culminou com a configuração de um mercado de educação superior e legalizou a participação de investimentos de grupos nacionais e estrangeiros no setor. Os dados em análise advêm de fontes bibliográficas sobre regulação transnacional e privatização mercantil e de fontes documentais como a Constituição Federal de 1988 (CF), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB) e a legislação infraconstitucional que regulamenta a educação superior no país, percorrendo os anos de 1988 a 2017. O artigo avança na formulação da tese da duvidosa constitucionalidade desse processo, uma vez que o tipo de reconfiguração alcançado se contrapõe a dispositivos da CF e da LDB, documentos que definem a educação como direito fundamental do cidadão, e não um serviço-mercadoria. Privatização mercantil, regulação transnacional, serviço-mercadoria e regulamentação jurídico-legal constituem as categorias centrais deste trabalho.

Para finalizar esta edição, Luiz Dalmacir da Silveira apresenta a Resenha, intitulada: COMO AVALIAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR. A obra de

Sandra Lúcia Ferreira, impressa e distribuída pela Editora Senac, São Paulo, faz parte de um projeto editorial de difusão do conhecimento sobre avaliação e visa subsidiar os professores da Educação Superior (ES) com reflexões sobre as práticas avaliativas. O leitor pode compreender o significado e a importância dos processos de avaliação das aprendizagens, do planejamento como caminho, e que a avaliação pode ser, por analogia, a *bússola* que orienta os caminhantes. É a partir dessa ideia que a autora propõe um roteiro para auxiliar professores(as) a repensarem sua prática avaliativa.

Esperamos que todos tenham uma profícua leitura e os artigos e a Resenha aqui publicados possam contribuir para estudos futuros.

Margaréte May Berkenbrock-Rosito
Editora